

Governo quer deixar estádio como presente

O governador Aimé Lamaison, indagado durante um coquetel sobre o desafio que constitui para o seu governo a conclusão do Estádio Presidente Médici, garantiu que o entregará durante sua gestão, nem que lhe custe um imensurável sacrifício assistir junto com a população de Brasília a um Fla-Flu naquele campo. Garantiu ainda que já pediu ao Tribunal de Justiça uma aceleração no andamento do processo de demanda judicial iniciado no governo de Hélio Prates da Silveira. Dentro do palácio, no entanto, poucos acreditam que o impasse seja solucionado nesses seis anos de gestão.

O problema está exatamente nos métodos que o governo e a firma construtora Engeral utilizam para o cálculo da dívida a ser amortizada pelos cofres do Distrito Federal. Enquanto a empresa construtora faz cálculos englobando correção monetária para o seu devedor GDF, o governo se baseia para fazer os mesmos cálculos em correções contratuais, montadas nas normas e regulamentos dos editais da Novacap, editais estes já bastante modificados desde o governo de Hélio Prates para cá.

Tanto a Engeral quanto o GDF movem ações diferentes na Justiça e só após o julgamento dos dois processos é que o juiz determinará um vencedor para a demanda. Segundo o governo, é de Cr\$12 a Cr\$14 milhões o que a Engeral tem direito pelos serviços efetuados e não pagos na obra do Estádio até 1974. Para a Engeral, a dívida eleva-se a quase o dobro dessa quantia.

Em poder do consultor jurídico da Novacap, o processo do Estádio Presidente Médici começa com uma cobrança de faturas pela Engeral. Hélio Prates não as pagou por falta de recursos no orçamento do GDF, e então a empresa deu entrada na Justiça com uma ação judicial. Hoje, os autos do Estádio ultrapassam um volume superior a mil folhas, tem quase um metro de altura e sequer o governador já conseguiu lê-lo até o fim.

AQUI



Tanto a Engeral quanto o GDF movem ações diferentes na justiça, e só após o julgamento dos dois processos é que